

PROFESSOR E ESTUDANTE NAS POLÍTICAS CURRICULARES DE ENSINO MÉDIO: DO NACIONAL AO ESTADUAL

Amanda de Souza Santos
<https://orcid.org/0009-0006-3327-1247>

Gessica Alves da Costa
<https://orcid.org/0009-0004-7199-7968>

Luiz Carlos Carvalho Siqueira
<https://orcid.org/0000-0003-3518-6362>

Resumo: Este artigo trata das políticas curriculares do Ensino Médio. Ele é fruto de uma pesquisa qualitativa, documental realizada na disciplina de “Currículo e Contemporaneidade”, do curso de Pedagogia, da Universidade de Pernambuco (UPE), Campus Petrolina. Nosso objetivo é apresentar e discutir os conceitos de estudante e professor no Ensino Médio, presentes na Base Nacional Comum Curricular (BNCC) (Brasil, 2017), bem como no Currículo de Pernambuco do Ensino Médio (Pernambuco, 2020). A investigação está fundamentada nos estudos e pesquisas de Silva (2023), Ostermann e Santos (2021), Casagrande, Alonso, Silva (2019), Da Silva (2018), Macedo e Lopes (2011) e Fagundes (2016). Tem-se como principais resultados a concepção de educação que busca o desenvolvimento integral dos estudantes, o ensino é centrado no aluno como protagonista, e o Ensino Médio busca formar competências essenciais e oferecer itinerários formativos. Diante da análise desses conceitos presentes na BNCC e no Currículo de Pernambuco, ressalta-se a importância de abordagens ampliadas, visando uma leitura crítica das demandas da sociedade contemporânea postas à educação escolar.

Palavras-Chave: Políticas Curriculares; Ensino Médio; BNCC; Currículo de Pernambuco.

TEACHER AND STUDENT IN HIGH SCHOOL CURRICULAR POLICIES: FROM NATIONAL TO STATE LEVEL

Abstract: This article discusses the curriculum policies of High School education. It stems from a qualitative, documentary research conducted in the "Curriculum and Contemporaneity" discipline of the Pedagogy course at the University of Pernambuco (UPE), Petrolina Campus. Our goal is to present and discuss the concepts of student and teacher in High School, as outlined in the National Common Curricular Base (BNCC) (Brazil, 2017), as well as in the Pernambuco High School Curriculum (Pernambuco, 2020). The investigation is grounded in the studies and research of Silva (2023), Ostermann and Santos (2021), Casagrande, Alonso, Silva (2019), Da Silva (2018), Macedo and Lopes (2011), and Fagundes (2016). The main results highlight an educational conception that seeks the comprehensive development of students, with teaching centered on the student as protagonist, and High School aiming to develop essential competencies and provide formative pathways. Through the analysis of these concepts within the BNCC and the Pernambuco Curriculum, the importance of expanded approaches is emphasized, aiming for a critical understanding of the demands of contemporary society placed on school education.

Keywords: Curricular Policies; High School; BNCC (National Common Curricular Base); Pernambuco Curriculum.



PROFESOR Y ESTUDIANTE EN LAS POLÍTICAS CURRICULARES DE EDUCACIÓN SECUNDARIA: DEL NACIONAL AL ESTADUAL

Resumen: Este artículo trata sobre las políticas curriculares de la Educación Secundaria. Surge de una investigación cualitativa y documental realizada en la asignatura "Currículo y Contemporaneidad" del curso de Pedagogía de la Universidad de Pernambuco (UPE), Campus Petrolina. Nuestro objetivo es presentar y discutir los conceptos de estudiante y profesor en la Educación Secundaria, según la Base Nacional Común Curricular (BNCC) (Brasil, 2017) y el Currículo de Pernambuco de la Educación Secundaria (Pernambuco, 2020). La investigación se fundamenta en los estudios y trabajos de Silva (2023), Ostermann y Santos (2021), Casagrande, Alonso, Silva (2019), Da Silva (2018), Macedo y Lopes (2011) y Fagundes (2016). Los principales resultados incluyen una concepción de educación que busca el desarrollo integral de los estudiantes, donde la enseñanza se centra en el alumno como protagonista, y la Educación Secundaria pretende formar competencias esenciales y ofrecer itinerarios formativos. Ante el análisis de estos conceptos en la BNCC y el Currículo de Pernambuco, se destaca la importancia de enfoques ampliados, buscando una lectura crítica de las demandas contemporáneas de la sociedad respecto a la educación escolar.

Palabras-Claves: Políticas Curriculares; Educación Secundaria; BNCC; Currículo de Pernambuco.

1. INTRODUÇÃO

O texto Este artigo trata das concepções de *professor* e *estudante* nas políticas curriculares do Ensino Médio, a saber, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) (Brasil, 2017) e o Currículo de Pernambuco do Ensino Médio (Pernambuco, 2020). A BNCC é um documento que estabelece diretrizes para a educação básica no Brasil, definindo os direitos e objetivos de aprendizagem dos estudantes em diferentes áreas do conhecimento (Brasil, 2017). Por sua vez, o Currículo de Pernambuco do Ensino Médio (doravante, CPEM) reflete as especificidades e demandas locais do Estado, buscando adequar o currículo às necessidades e realidades dos estudantes pernambucanos (Pernambuco, 2020).

Deste modo, estudar as concepções de professor e estudante presentes nas políticas curriculares, emerge como uma possibilidade de compreender e problematizar as diretrizes educacionais estabelecidas pelos órgãos governamentais, como o Ministério da Educação e as Secretarias de Educação, e como essas diretrizes provocam, induzem mudanças ou permanências de prática educativas e ações pedagógica no Ensino Médio.

Posto isso, desenvolver estudos sobre as concepções de professor e estudante nas políticas curriculares, podem contribuir para uma avaliação crítica dos currículos propostos às necessidades e realidades dos estudantes, considerando aspectos

contextuais e conjecturais dos seus sentidos e significados e ressignificações decorrentes.

Dessa maneira, considerando os conceitos adotados por esses documentos, o currículo é, aqui, compreendido como fruto de uma construção coletiva, que envolve diversas etapas, instâncias, sujeitos, intenções e finalidades. Pode-se dizer que ele traduz um sentido de escola, que busca nortear as relações estabelecidas dentro e fora dela e se constitui como um dos elementos responsáveis pela formação humana na instituição escolar.

Além disso, o trabalho se justifica em função da importância de problematizar como os documentos orientadores da organização escolar, compreendem, conceituam “estudante”, bem como “professor”, quais seus sentidos e como eles, se alinhada com as demandas da sociedade contemporânea. Essa análise pode contribuir para a reflexão sobre práticas educativas e ações pedagógicas, bem como suas implicações na formação docente e desenvolvimento dos estudantes no Ensino Médio. Assim, o presente trabalho é fruto de uma pesquisa qualitativa, documental, realizada na disciplina de “Currículo e Contemporaneidade”, do curso de Pedagogia, da Universidade de Pernambuco (UPE), Campus Petrolina.

A investigação está fundamenta nos estudos e pesquisas de Silva (2023), Ostermann e Santos (2021), Casagrande, Alonso, Silva (2019), Da Silva (2018), Macedo e Lopes (2011) e Fagundes (2016). Outrossim, o presente trabalho objetiva apresentar como os conceitos de professor e estudante estão presentes na BNCC (Brasil, 2017) e no CPEM (Pernambuco, 2020). Diante da análise desses conceitos presentes na BNCC e no Currículo de Pernambuco, ressalta-se a importância abordagem ampliadas visando uma leitura crítica das demandas da sociedade contemporânea postas à educação escolar.

2. O ENSINO MÉDIO SEGUNDO AS POLÍTICAS CURRICULARES NACIONAIS E DE PERNAMBUCO

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), em seu artigo 35, da seção IV, vai definir o ensino médio como sendo a etapa final da educação básica e aponta algumas finalidades dessa etapa do ensino:

I – a consolidação e o aprofundamento dos conhecimentos adquiridos no ensino fundamental, possibilitando o prosseguimento de estudos; II – a preparação básica para o trabalho e a cidadania do educando, para continuar



aprendendo, de modo a ser capaz de se adaptar com flexibilidade a novas condições de ocupação ou aperfeiçoamento posteriores; III – o aprimoramento do educando como pessoa humana, incluindo a formação ética e o desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico; Lei n 25 o 9.394/1996 IV – a compreensão dos fundamentos científico-tecnológicos dos processos produtivos, relacionando a teoria com a prática, no ensino de cada disciplina (Brasil, 2022, p. 25-26).

É preciso compreender que o ensino nessa etapa é uma continuidade do conhecimento construído no ensino fundamental, mas com um olhar mais centralizado na preparação para o mercado de trabalho. Com relação a isso, a BNCC traz que o ensino médio “é a etapa final da Educação Básica, direito público subjetivo de todo cidadão brasileiro” (Brasil, 2017, p. 461). Além disso, reafirma o acesso a formação final da educação básica como direito básico do cidadão, mas também como um processo de formação para o exercício profissional, visto que com nas modificações feitas na BNCC, o ensino médio passa a ser um modelo de ensino que, para além do tradicional certificado do Ensino Médio, torna-se também uma formação técnica e profissional, o que se deve aos itinerários formativos que possibilitam aos estudantes a escolha de disciplinas específicas, que centralizam o ensino nas áreas que os estudantes possam vir a atuar no mercado de trabalho.

A estrutura curricular adotada por Pernambuco, alinhada com a BNCC do Ensino Médio, se divide em Formação Geral Básica e Itinerários Formativos. A Formação Geral Básica engloba os conhecimentos essenciais e universais a todos os estudantes, enquanto os Itinerários Formativos permitem a personalização do percurso educativo, possibilitando que os alunos escolham áreas de interesse para aprofundar seus estudos.

Nesse sentido, essa abordagem visa proporcionar uma formação abrangente e diversificada, atendendo às necessidades e interesses individuais dos estudantes, ao mesmo tempo em que mantém uma base comum de conhecimentos fundamentais. Essa estrutura flexível e personalizada, busca promover uma educação mais significativa e adaptada às características e aspirações de cada aluno. Sobre isso tem-se que:

A construção desse Currículo atendeu aos documentos legais orientadores, em especial à Base Nacional Comum Curricular e às Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio, e também considerou as sugestões de professores, estudantes, comunidade escolar e demais instituições da sociedade civil que participaram ativamente do processo de construção. Considerando o contexto de pandemia do ano de 2020, os Seminários realizados naquele ano aconteceram em modelo remoto, mas contaram com

ampla participação de professores, do estado e dos municípios que oferecem ensino médio, garantindo-se o debate de ideias e a construção coletiva. As consultas públicas, *on line*, da formação geral básica e dos itinerários formativos, ofereceram a possibilidade de participação mais ampla da sociedade civil (Pernambuco, 2020, p. 7).

Desse modo, o CPEM apresenta uma abordagem mais aberta e interdisciplinar, buscando atender às demandas dos jovens e compreender o público-alvo dessa etapa de ensino. Ao considerar que os conhecimentos de cada componente curricular, contribui de forma interdisciplinar para o desenvolvimento das competências de área, favorecendo o diálogo com a formação dos professores, o currículo demonstra uma preocupação em construir um ensino que vá além da formação técnica e profissional dos estudantes. Essa perspectiva propõe um rompimento com a proposta “tradicional de ensino” e diz que:

A flexibilização é um dos elementos discutidos no Novo Ensino Médio como alternativa à rigidez do formato tradicional escolar que existe no Brasil. Permitir que os estudantes façam escolhas em seu processo formativo não só contribui para que eles aprendam a tomar decisões, mas também lhes garante uma certa autonomia em relação aos seus estudos, contribuindo para que, ao fazerem suas próprias escolhas quanto a sua área de interesse, sejam partícipes na construção de uma formação escolar mais atrativa (Pernambuco, 2020, p. 47).

Segundo essa abordagem, a realidade em que os estudantes estão inseridos, subsidia o desenvolvimento de um modelo educacional, capaz de atender às necessidades individuais/coletivas dos jovens, promovendo uma educação mais contextualizada. Essa preocupação em compreender o perfil dos estudantes e adaptar o ensino às suas demandas, contribui para uma formação mais completa e alinhada com as necessidades e realidades dos jovens, preparando-os não apenas para o mercado de trabalho, mas também para uma participação crítica na sociedade e para o desenvolvimento de habilidades essenciais para a vida adulta.

Do mesmo modo, no CPEM, assim como nas Teorias Críticas e Pós-Críticas descritas por Silva (2016), os termos “educação” e “escola” são entendidos como construções sociais que carregam significados relacionados às relações de poder, à reprodução das estruturas sociais e à formação de identidades e subjetividades. Essas teorias enfatizam que o currículo não pode ser compreendido sem uma análise das relações de poder envolvidas, e que o poder está descentralizado, espalhado por toda a rede social. Portanto, no contexto do currículo do Ensino Médio pernambucano,



essas perspectivas podem indicar a construção de espaços onde se constroem significados, identidades e relações de poder. Assim:

Ao reconhecer a educação como um direito humano, o Currículo de Pernambuco define como eixo norteador o fortalecimento de uma sociedade democrática, igualitária e socialmente justa. Para tanto, adota como princípios orientadores: equidade e excelência, formação integral, educação em direitos humanos e inclusão (Pernambuco, 2020, p. 13)

Esses princípios orientadores estão alinhados com as teorias de currículo que enfatizam a importância de considerar não apenas os conteúdos a serem ensinados, mas também os valores, as práticas e os objetivos sociais que o currículo deve abranger (Lopes; Macedo, 2012). Assim, o CPEM busca não apenas transmitir conhecimentos, mas também contribuir para a formação de cidadãos críticos, conscientes e atuantes na construção de uma sociedade menos assimétrica, desigual e injusta.

Desse modo, o Ensino Médio, tanto na BNCC como no CPEM, se constitui no horizonte das necessidades e demandas dos/para os jovens, cabendo as escolas buscar oferecer uma formação que contemple não apenas o desenvolvimento de competências básicas, mas também a preparação para o mercado de trabalho e para a vida adulta. Necessidades e demandas, como aquisição de habilidades técnicas específicas para ingressar em determinadas áreas profissionais, bem como o desenvolvimento de competências socioemocionais, pensamento crítico, capacidade de resolver problemas, entre outras. A formação técnica e profissional oferecida no Ensino Médio, pode variar de acordo com as especificidades de cada região e as demandas do mercado de trabalho local. Pode envolver, por exemplo, a oferta de cursos técnicos em áreas como administração, informática, saúde, entre outras.

Frente a estas considerações sobre o Ensino Médio, cabe destacar os sentidos e significados atribuídos pela BNCC e CPEM sobre os sujeitos do processo pedagógico: professor e estudante. Assim, a próxima seção irá apresentar como os textos curriculares (Pernambuco, 2020; Brasil, 2017) concebem o termo “professor” e “estudante”.

3. O QUE DIZEM A BNCC E CPEM SOBRE O PROFESSOR E ESTUDANTES?

Entendemos inicialmente, a categoria “professor” como um profissional da educação. Esse tempo é polissêmico e carrega sentidos e significados. Ele é forjado,

constituído histórico e socialmente. Assim, neste momento, voltamos para o que diz a BNCC e o CPEM sobre ele. Esse termo aparece oitenta e quatro (84) vezes na BNCC (Brasil, 2017) e duzentas e três (203) no CPEM (Pernambuco, 2020)¹. O primeiro deles sinaliza que, a:

BNCC e currículos têm papéis complementares para assegurar as aprendizagens essenciais definidas para cada etapa da Educação Básica, uma vez que tais aprendizagens só se materializam mediante o conjunto de decisões que caracterizam o currículo em ação (Brasil, 2017, p. 16).

Estes textos curriculares são, nesse sentido, responsáveis por traduzir diretrizes às práticas pedagógicas concretas, levando em conta a realidade e as especificidades de cada contexto educacional:

construir e aplicar procedimentos de avaliação formativa de processo ou de resultado que levem em conta os contextos e as condições de aprendizagem, tomando tais registros como referência para *melhorar o desempenho da escola, dos professores e dos alunos*; [...] criar e *disponibilizar materiais de orientação para os professores*, bem como manter processos permanentes de formação docente que possibilitem contínuo aperfeiçoamento dos processos de ensino e aprendizagem [...] (Brasil, 2017, p. 17, grifos nossos).

Essa perspectiva se aproxima das perspectivas curriculares de John Franklin Bobbitt (1876 – 1956), por quem o currículo é visto como uma questão de organização, operacionalização mecânica da atividade educacional. O currículo é considerado mais burocrática do que científica. Bobbitt enfatiza o conceito de “desenvolvimento curricular”, que se tornou central na literatura educacional dos Estados Unidos até os anos 1980. Nessa abordagem, as finalidades da educação são determinadas pelas exigências profissionais da vida adulta, o que reduz o currículo a uma questão técnica e de desenvolvimento prático (Silva, 2023).

Isso é reiterado em diferentes momentos do documento como “Diante das evidências sobre a relevância dos professores e demais membros da equipe escolar para o sucesso dos alunos, essa é uma ação fundamental para a implementação eficaz da BNCC” (Brasil, 2017, p. 21), assim como, “[...] a BNCC pretende estimular ações nas quais professores e alunos sejam sujeitos do processo de ensino e aprendizagem. Assim, eles próprios devem assumir uma atitude [...] diante dos conteúdos propostos [...]” (Brasil, 2017, p. 401), e:

¹ Para esse levantamento utilizamos a função localizar no navegador do PDF.



Assim, para o desenvolvimento de competências que envolvem raciocinar, é necessário que os estudantes possam, em interação com seus colegas e *professores*, investigar, explicar e justificar as soluções apresentadas para os problemas, com ênfase nos processos de argumentação [...]. Embora todos esses processos pressuponham o raciocínio [...], em muitas situações são também mobilizadas habilidades relativas à representação e à comunicação para expressar as generalizações, bem como à construção de uma argumentação consistente para justificar o raciocínio utilizado (Brasil, 2017, p. 529, grifos nossos).

Para o desenvolvimento dos alunos, é fundamental destacar que a implementação *eficaz* da BNCC, depende *diretamente* do engajamento e da capacitação dos professores. A BNCC, ao estabelecer competências e habilidades que devem ser realizadas ao longo do processo pedagógico, passa uma certa sensação de que não há intercorrências, diferentes elementos e situações problemas estruturais à aprendizagem dos estudantes, sobretudo, do trabalho exercido pelos docentes.

Sobre o termo professor, o CPEM (Pernambuco, 2020) aponta que “a operacionalização do novo Ensino Médio implica, entre outros aspectos, em modificações profundas na organização da escola e nos **processos de formação de professores**, inicial e continuada”. Por esta razão, precisa ser compreendida e construída por toda a sociedade. (Pernambuco, 2020, p. 10, grifo nosso). Bem como a de que:

[...] o Currículo de Pernambuco se apresenta como um elemento que integra a dimensão humana aos requisitos necessários para a vida em sociedade, buscando ofertar uma formação integral aos sujeitos do processo educativo, **possibilitando a estudantes e professores compreenderem diferentes dimensões da vida e do ser social**. (Pernambuco, 2020, p. 10, grifo nosso).

Isso tem implicações diversas neste texto curricular; uma delas, é a de que os professores, ao adotarem a perspectiva do ensino de competências, abandonarão os modelos tradicionais de ensino fragmentado em disciplinas isoladas. O que basta os professores ajustarem seus planejamentos, de acordo com as necessidades específicas dos alunos que formarão os estudantes integralmente. Ao mudar a ação docente e ajustarem a BNCC, é suficiente para redução das desigualdades sociais, principalmente, para os grupos mais vulneráveis na escola pública, em um cenário global e local, onde tais disparidades têm se agravado. Como sinalizado no CPEM (Pernambuco, 2020, p. 17):

Nesse contexto, é necessário que os professores se apropriem desses pressupostos e planejem suas práticas pela abordagem de competências, desconstruam conceitos que ainda estão cristalizados nos modelos tradicionais que fragmentam os conhecimentos nos diversos componentes curriculares e considerem a necessidade de adaptações curriculares de acordo com as especificidades da população escolar atendida. A BNCC, enquanto documento normativo, orienta a elaboração dos currículos voltados para a formação integral dos estudantes, possibilitando, no exercício da cidadania, superar as desigualdades sociais que, na atual conjuntura global e local, têm se intensificado sobretudo para as classes menos favorecidas, público prioritário e majoritário na escola pública.

Observamos com isso, a prevalência de teorias tradicionais de currículo, que a ênfase na organização e elaboração do currículo, principalmente, em questões relacionadas a definição de conteúdos, métodos de ensino e avaliação. Essas teorias tendem conceber o trabalho do professor/docente/educador/ como “transmissor/transferidor” de conhecimento. Há também recorrência de uma visão técnica e instrumental do currículo, considerando-o como um conjunto de conteúdo escolar a serem ensinados e aprendidos que se volta para si mesmo. (Silva, 2023; Lopes; Macedo, 2012)

No que tange a BNCC, de modo específico, ainda que apresente uma proposta educacional preocupada com a formação integral do estudante, é notório o teor conservadorista do ensino aplicado na elaboração das propostas educacionais e sua influência na construção do currículo. Assim,

Na direção de atender às expectativas dos estudantes e às demandas da sociedade contemporânea para a formação no Ensino Médio, as DCNEM/2011 explicitam a necessidade de não caracterizar o público dessa etapa – constituído predominantemente por adolescentes e jovens – como um grupo homogêneo, nem conceber a “juventude” como mero rito de passagem da infância à maturidade (Brasil, 2017).

Os estudantes, ao contrário do que é preconizado nas teorias tradicionais clássicas de currículo, são concebidos como protagonista do processo educativo, com direito a uma formação integral que desenvolva competências e habilidades para a vida pessoal e profissional, ainda que a BNCC e o CPEM não estejam atentos as características deste público, com fator basilar para o “sucesso” da aplicabilidade do modelo de ensino empregado, visto que a sua preocupação é voltada para o ensino em si.

Os termos “aluno” e “estudante” foram considerados como sinônimos neste estudo, embora estejamos cientes de possíveis diferenças conceituais entre eles. Contudo, cabe sinalizar que o termo “aluno” aparece com maior recorrência na BNCC



(Brasil, 2017) do que no CPEM (Pernambuco, 2020). Isso muda ao considerarmos o quantitativo do termo estudante entre os referidos documentos. O termo “aluno” aparece duzentas e quatro (204) vezes na BNCC e no CPEM apenas quatorze (14) vezes. Já a palavra “estudante” é mais recorrente nos dois textos curriculares, aparecendo duzentas e cinquenta e seis (256) vezes na BNCC e duzentas e oitenta e quatro (284) vezes no CPEM.

Nesse sentido, o termo “estudante” é destacado pela BNCC como o “protagonista ativo do processo de aprendizagem” (Brasil, 2017, p. 463), assim como os “jovens”, o que permite compreender um processo de deslocamento de concepções tradicionais, que costumam considerar o estudante como um mero receptor passivo de conhecimento, para uma visão que o coloca no centro do processo educacional, atuando de forma participativa e engajada na construção do seu próprio saber. Essa mudança de perspectiva alinham-se as demandas de formação de sujeitos autônomos, responsáveis e do protagonista do processo de escolarização, pois a BNCC reconhece a necessidade de os estudantes assumirem uma postura participativa e central na construção do conhecimento.

Além disso, a BNCC considera os jovens como sujeitos ativos em seu próprio processo de aprendizagem, estimulando sua participação, autonomia e responsabilidade na definição de seus projetos de vida, o que implica em uma concepção de educação articulada com as necessidades e interesses dos estudantes, contribuindo assim para o seu desenvolvimento integral e formação cidadã:

Para formar esses jovens como sujeitos críticos, criativos, autônomos e responsáveis, cabe às escolas de Ensino Médio proporcionar experiências e processos que lhes garantam as aprendizagens necessárias para a leitura da realidade, o enfrentamento dos novos desafios da contemporaneidade (sociais, econômicos e ambientais) e a tomada de decisões éticas e fundamentadas. O mundo deve lhes ser apresentado como campo aberto para investigação e intervenção quanto a seus aspectos políticos, sociais, produtivos, ambientais e culturais, de modo que se sintam estimulados a equacionar e resolver questões legadas pelas gerações anteriores – e que se refletem nos contextos atuais –, abrindo-se criativamente para o novo (Brasil, 2017, p. 463).

Disposto no CPEM, o termo estudante está pautado na formação integral que considera:

[...] o estudante como centro do processo pedagógico e compreende que todas as ações voltadas para as aprendizagens devem ser construídas, avaliadas e reorientadas a partir dos contextos, interesses e necessidades dos

estudantes, proporcionando, portanto, o desenvolvimento integral e entendendo que todos são capazes de aprender, ainda que em tempos e formas diferentes. (Pernambuco, 2020, p. 14)

[...] olhar para o desenvolvimento global deste, pensando na complexidade de sua construção e desenvolvimento integral, de forma que o olhar centrado no estudante considere a sua singularidade e o respeito às diversidades (Pernambuco, 2020, p. 21).

Para isso, o Currículo de Pernambuco elenca temas em escalas local, regional e global, de relevância social e conhecimentos em diversas dimensões - política, social, histórica, cultural, ética e econômica - para o “desenvolvimento integral dos estudantes”. Alguns temas estão ligados a leis específicas, outros são sugeridos em diretrizes curriculares ou pela comunidade educativa, todos conectados a diferentes áreas curriculares para uma abordagem interdisciplinar. Esses temas são integrados em projetos político-pedagógicos, visando promover uma cultura de paz, podendo ser ampliados conforme novas demandas legais ou escolha das escolas, o que fica mais evidente ao observar que os “temas integradores”, além de constituir habilidades e competências nos diferentes componentes curriculares do Ensino Médio eles:

[...] devem estimular o desenvolvimento de atividades para serem vivenciadas no contexto da escola, envolvendo todas as áreas do conhecimento que compõem o currículo. Por isso, é necessário que se realize um trabalho interdisciplinar, motivador, inclusivo, resultando em uma experiência mais enriquecedora para os estudantes, os professores participantes e também toda a comunidade escolar (Pernambuco, 2020, p. 35).

Com vistas aos apontamentos realizados anteriores, tanto na BNCC quanto no CPEM, os estudantes são reconhecidos como elementos centrais dos processos pedagógicos e de seu próprio aprendizado, buscando uma formação que esteja articulada com suas necessidades e interesses individuais e coletivas contemporâneas. Por isso, há uma ênfase na participação dos estudantes.

Na leitura dos currículos, observamos a presença dos debates curriculares pós-críticos, que valorizam a autonomia, a diversidade e a contextualização dos saberes no processo de ensino e aprendizagem. Embora, concordemos com Ostermann e Santos (2021), Da Silva (2018) e Sampaio, Dos Santos e Mesquida (2005), quando colocam que a educação, docência e discência sob a influência do neoliberalismo, se constitui um modo particular de formar indivíduos competitivos no mercado de trabalho, em detrimento do desenvolvimento integral dos estudantes. Isso levou a uma



ênfase na produtividade e na formação de mão de obra qualificada para atender às demandas do mercado.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como foi apresentado nas seções anteriores, a BNCC (Brasil, 2017) trabalha com uma concepção de *aluno como protagonista do processo educativo*. Para isso, essa etapa da Educação Básica se fundamenta em um entendimento de *formação integral*, que se faz através de *competências e habilidades* para a vida pessoal e profissional.

O professor, neste contexto, é um mediador, estimulando a curiosidade, a criatividade e o pensamento dos estudantes. Já no Currículo de Pernambuco do Ensino Médio (Pernambuco, 2020), o aluno é tido como elemento central da ação pedagógica, ele deve, de forma ativa, participar na construção do seu próprio aprendizado e buscar uma escolarização que atenda suas necessidades e interesses. O professor, por sua vez, passa a ser um facilitador do processo de aprendizagem, promovendo um ensino contextualizado, flexível e alinhado com as demandas da sociedade contemporânea.

Assim, no Ensino Médio, nos dias atuais, enfatiza a formação geral básica, por meio do desenvolvimento de competências e habilidades de interesses neoliberais, além da oferta de itinerários formativos para aprofundamento em áreas específicas, buscando uma educação mais alinhada com as escolhas e interesses “individuais”.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular**: Ensino Médio. Brasília: MEC. Versão entregue ao CNE em 03 de abril de 2018 2018.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 23 dez. 1996.

CASAGRANDE, Ana Lara; ALONSO, Katia Morosov; SILVA, Danilo Garcia da. Base nacional comum curricular e Ensino Médio: reflexões à luz da conjuntura contemporânea. **Revista Diálogo Educacional**, v. 19, n. 60, p. 407-425, 2019.

DA SILVA, Monica Ribeiro. A BNCC da reforma do ensino médio: o resgate de um empoeirado discurso. **Educação em revista**, v. 34, p. e214130, 2018.

FAGUNDES, Tatiana Bezerra. Os conceitos de professor pesquisador e professor reflexivo: perspectivas do trabalho docente. **Revista brasileira de educação**, v. 21, p. 281-298, 2016.

MACEDO, Elizabeth; LOPES, Alice C. **Teorias de Currículo**. São Paulo: Cortez, 2011.

OSTERMANN, Fernanda; SANTOS, Flavia Rezende Valle dos. BNCC, Reforma do Ensino Médio e BNC-Formação: um pacote privatista, utilitarista minimalista que precisa ser revogado. **Caderno brasileiro de ensino de física**. Florianópolis. Vol. 38, n. 3 (dez. 2021), p. 1381-1387, 2021.

PERNAMBUCO. **Currículo de Pernambuco do Ensino Médio**. Recife: SEE, UNDIME, 2020.

SAMPAIO, Carlos Magno Augusto; DOS SANTOS, Maria do Socorro; MESQUIDA, Peri. Do conceito de educação à educação no neoliberalismo. **Revista Diálogo Educacional**, v. 3, n. 7, p. 165-178, 2002.

SILVA, Tomaz Tadeu da. **Documentos de identidade**: uma introdução às teorias do currículo. 3 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2023.

Submetido em 01/07/24.

Aprovado em 22/07/24.